

INDÚSTRIA: RECUPERAÇÃO DA ATIVIDADE INDUSTRIAL NÃO SE SUSTENTA

*André Luis Forti Scherer**

Desempenho da indústria brasileira¹

O período de maio a agosto de 1991 continuou apresentando uma expansão no nível de atividade da indústria de São Paulo, conforme a FIESP. Após um primeiro bimestre de retração na produção, o Indicador de Nível de Atividade (INA)², elaborado pela FIESP, apresentou, no mês de março, a maior elevação mensal do ano até aqui, com 16,96% de acréscimo em relação a fevereiro. Em abril, o aumento no INA foi de 5,39%. Nos meses de maio e junho, a atividade manteve-se praticamente estável, com aumentos de 0,5 e 0,9%, voltando a crescer 5,4% em julho. No mês de agosto, houve o menor crescimento do nível de atividade desde fevereiro, com 0,3%, sempre comparado ao do mês anterior.

Permeando as flutuações desse desempenho a partir de maio, tiveram diferentes ambientes econômicos. O mais favorável ao crescimento da produção deu-se no final do primeiro semestre, com expectativas positivas em relação ao aumento da demanda que a devolução dos cruzados novos poderia provocar. Também fez parte desse contexto o processo de descongelamento dos preços, que facilitava a produção por propiciar a superação dos conflitos existentes na cadeia produtiva. Os resultados obtidos entre maio e julho — primeiro, de relativa estabilidade com pequeno crescimento e, em julho, com significativa expansão da atividade industrial decorrente da formação de estoques — foram consequência dessa conjuntura. No segundo semestre, a elevação da inflação e a estratégia adotada pelo Governo para contê-la, aumentando bruscamente a taxa de juros, levaram a uma reversão do quadro de recuperação presente no primeiro semestre. O pequeno crescimento ocorrido, em agosto, na atividade industrial foi marcado por queda expressiva nas vendas industriais. Além disso, a elevação dos juros aumentou também o custo da manutenção de estoque pelas indústrias, contribuindo para inibir uma maior produção.

* Economista da FEE.

¹ Em decorrência da greve na Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), não foi possível a obtenção dos dados referentes à indústria brasileira para o período de maio a agosto analisado no texto. Assim, em caráter excepcional, a análise para a indústria brasileira será realizada tomando por base os resultados de pesquisas publicadas pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), supondo-se uma proximidade com o comportamento da indústria nacional, muito influenciada pelo desempenho da indústria paulista.

² O INA é elaborado a partir do desempenho de três variáveis: horas trabalhadas, vendas reais e consumo de energia elétrica; às quais são atribuídos pesos iguais para a determinação do nível de atividade.

No quadrimestre de maio a agosto, as vendas da indústria paulista apresentaram-se superiores às obtidas no mesmo período de 1990, com a exceção do mês de agosto. O melhor desempenho deu-se no mês de junho, quando as vendas estiveram 11,1% acima das observadas no mesmo mês do ano passado. Em julho, o índice de aumento das vendas ficou em 5,3%, embora a produção tenha crescido 8,4%, o que evidencia o processo de formação de estoques. No mês de agosto, as vendas sofreram quedas de 13,4% sobre as de agosto de 1990 e de 11,4% com relação às de julho passado, influenciadas pela mudança no ambiente econômico. O total acumulado no ano por esse indicador voltou a ser negativo em agosto (-1,8%), após ter superado o do ano anterior em julho (0,4%).

O total de horas trabalhadas na produção também se apresenta menor que o do mesmo período de 1990. Até agosto, a queda estava em 11%, embora essa queda venha diminuindo desde maio, quando estava em 13,9%. A retração nas vendas em agosto não se fez sentir integralmente sobre o total de horas trabalhadas, que caiu apenas 1,3% em relação ao de julho. Por sua vez, o consumo de energia elétrica na produção apresentou-se superior ao do ano passado, tendo acumulado uma elevação de 8,7% até agosto.

No total, a combinação das três variáveis mencionadas resultou em um INA acumulado até agosto 0,9% superior ao do mesmo período de 1990. O INA acumulado esteve negativo até junho (-0,9%), mas, com a expansão da atividade em julho, passou a ter desempenho superior ao de 1990.

Esse desempenho do quadrimestre também aparece no comportamento do grau de utilização da capacidade instalada. O Gráfico 1, que mostra a evolução do nível de utilização da capacidade instalada da indústria paulista entre 1988 e 1991, apresenta uma redução da capacidade ociosa na indústria a partir de março, chegando, em agosto, aos 78,2% da capacidade utilizada. Esse resultado é similar ao obtido em pesquisa nacional realizada pela Fundação Getúlio Vargas em julho, que registrou 78% de utilização para a indústria brasileira naquele mês. O índice para a indústria paulista, em julho, estava em 77,2%. Entre fevereiro e agosto, a utilização da capacidade instalada na indústria paulista cresceu 11,5 pontos percentuais, com uma redução significativa da ociosidade. Entretanto, a partir de junho, o ritmo dos aumentos do nível de utilização diminuiu, embora ainda estivesse muito longe de um esgotamento do potencial de produção. A comparação com os anos anteriores a 1990 mostra que a utilização média do ano de 1991 é inferior à ocorrida nos anos de 1988 e 1989, bem como a variabilidade dos resultados após o Plano Collor I é bem maior. A média de utilização acumulada até agosto de 1991 estava em 72,5% para a indústria de São Paulo.

Uma explicação para esta maior variabilidade nos níveis de utilização da capacidade após o Plano Collor I está na impossibilidade da manutenção de um controle da taxa de inflação concomitantemente ao aumento da produção. Ao se atingir um determinado nível de produção, que vinha crescendo sem muita celeridade, os aumentos nos preços passam a ser sancionados pelos agentes econômicos. O Governo, então, toma medidas visando a desestimular o consumo, normalmente via aperto monetário, que causam a elevação dos juros e desestímulo aos investimentos. Em 1991, está se repetindo o que ocorreu em 1990, o que pode ser verificado no Gráfico 1. No momento em que a produção se recuperava, ainda que lentamente, a inflação elevou-se, e o Governo aumentou a taxa de juros, forçando a recessão.

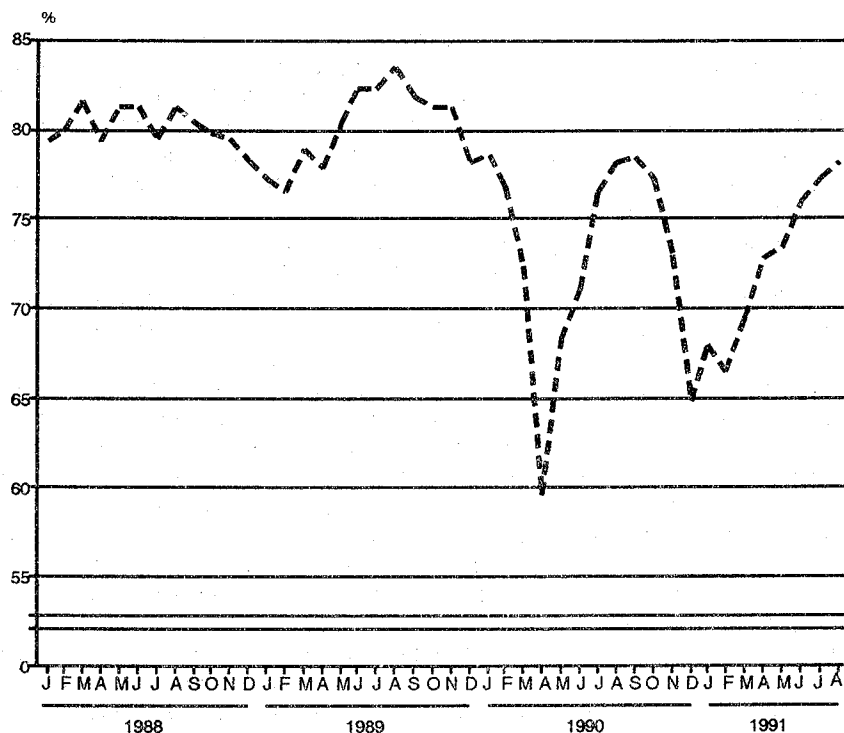
Com relação ao desempenho dos gêneros industriais, o número de horas trabalhadas na produção, na indústria paulista, apresentou elevação apenas no gênero alimentação, com crescimento de 3,8% no período de janeiro a julho. Os demais

gêneros demonstraram queda, sendo a maior no gênero mobiliário, com -24,4%, seguido pelo têxtil, com -17,7%, e por mecânica, com -17,2%, quando comparados aos do mesmo período do ano passado.

A indústria automobilística, após o fraco desempenho em abril, com apenas 49.868 veículos montados no Brasil, recuperou-se e atingiu, em julho, sua melhor produção desde setembro de 1986, com 102.835 veículos fabricados. Quanto a esse setor, cabe ressaltar a boa "performance" da montagem de ônibus, que atingiu, no primeiro semestre de 1991, o triplo da produção de 1970 (Suma Econ., 1991). De janeiro a julho, a produção de ônibus foi 78,13% superior à de 1990.

GRÁFICO 1

UTILIZAÇÃO DA CAPACIDADE INSTALADA NA INDÚSTRIA DE SÃO PAULO --- 1988/91



O setor externo da economia brasileira apresentou saldos declinantes na balança comercial, entre abril e agosto de 1991. Nesse período, o valor do "superavit" comercial brasileiro caiu de US\$ 1,412 bilhão em abril para US\$ 555 milhões em agosto³. Isso ocorreu tanto por uma maior diversificação das importações brasileiras, causada pela liberalização comercial do Governo Collor, como pela perda de competitividade dos produtos industrializados brasileiros exportados e pela queda no preço internacional dos produtos agrícolas de exportação. As importações, originalmente facilitadas para modernizar a indústria nacional, têm atraído ao País produtos de luxo que vão da água mineral a automóveis, que encontram mercado no País devido à má distribuição de renda e em função da demanda reprimida por anos de proibição. Quanto à perda de competitividade dos produtos de exportação, a causa apontada era a sobrevalorização da moeda nacional. Para eliminar esse fator, o Governo adotou, em 30 de setembro, uma desvalorização do cruzeiro de 16,2%. A partir desse fato, é possível esperar uma maior atividade nos setores que possuem vínculos com o mercado externo.

Código de propriedade industrial

Embora ainda esperando pela apreciação do Congresso Nacional, o novo Código de Propriedade Industrial já está causando acirrada polêmica entre empresas nacionais e multinacionais. Esse projeto amplia o reconhecimento de patentes industriais aos setores antes não abrangidos pelo Código em vigor desde 1971, como farmacológico, de biotecnologia e de química fina. Está previsto o reconhecimento de patentes para processos de fabricação a partir de 1993 e para produtos em 1994, uma vez que o tempo médio para análise de um processo de pedido de patente é 18 meses.

O objetivo do Governo ao ampliar o antigo Código é incentivar os investimentos de alta tecnologia no País, o que transparece com a decisão de reconhecer as patentes inicialmente para os processos de produção. A possibilidade de obtenção de recursos externos para tecnologia pelo Brasil está, pelo menos em parte, relacionada à aprovação do novo Código. O Governo norte-americano condiciona a renovação do acordo de cooperação científica Brasil-Estados Unidos ao reconhecimento das patentes de empresas norte-americanas nos setores de abrangência do novo Código. Esse acordo expirou em maio, sendo posteriormente prorrogado por seis meses, não representando auxílio substancial ao País por seu pequeno valor, US\$ 5 milhões ao ano. Por isso, a pressão do Governo norte-americano vinculando a manutenção do auxílio à aprovação do Código não está sendo considerada decisiva pelo Governo brasileiro, que tem por expectativa a atração de investimentos. A questão das patentes é prioritária para o setor norte-americano de alta tecnologia, que estaria perdendo, segundo cálculos do Governo daquele país, cerca de US\$ 60 bilhões anuais através da alegada pirataria internacional de suas idéias (GM, 14/16.9, p.51). Os setores de "software", farmacêutico, químico e de fitas para videocassete são os que reclamam de maiores perdas com a violação de patentes no Brasil. Para os setores de informática e de melhoria de plantas, o Governo brasileiro deverá criar legislação específica, ainda não remetida ao Congresso.

³ Os dados referentes ao mês de agosto são provisórios

O setor que mais tem se mobilizado com relação à lei de propriedade industrial proposta é a indústria farmacêutica, que movimentou US\$ 3,4 bilhões no Brasil, em 1990, conforme pesquisa da empresa suíça IMS (DCI, 28.6.91, p.9). A indústria nacional, congregada em torno da Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Nacionais (ALANAC), pede um prazo maior para o reconhecimento das patentes do setor, apoiando outro projeto, que estabelece o reconhecimento de patentes para processos a partir do ano 2000 e para produtos a partir de 2005. Reclama também do artigo do Código que permite patentear produtos não fabricados ainda no Brasil. Diz que, se o projeto for aprovado nesses moldes, a maioria das empresas multinacionais transformar-se-á em importadora de medicamentos, apesar de o projeto conter dispositivo que contempla essa possibilidade para um período máximo de três anos.

Já a Associação das Indústrias Farmacêuticas do Brasil (INTERFARMA), entidade que representa 43 empresas farmacêuticas multinacionais instaladas no País, pleiteia o direito de patentear no País produtos que já comercializa em seus países de origem, o que pode trazer o risco da entrada de tecnologia obsoleta. Defende também a chamada "proteção de pipeline", em que são reconhecidas patentes de produtos não introduzidos no País pelo prazo de vigência que ainda restar no país onde a patente foi originalmente concedida. As multinacionais do setor estão descontentes com a parte da lei que permite a importação, caso a empresa detentora da patente brasileira do produto não ofereça preços convenientes.

Outro ponto polêmico é a ampliação do prazo de validade das patentes de 15 para 20 anos. Argumentos contrários a essa modificação lembram que mesmo países tecnologicamente competitivos, como o Japão, determinam o prazo de validade em 15 anos.

Essa disputa por uma maior interferência na elaboração do novo Código tem levado os dois setores a exercerem forte pressão sobre o Congresso Nacional. É possível que isso acarrete uma solução negociada, com o estabelecimento de salvaguardas que protegeriam indústrias incipientes no Brasil, como a área de engenharia genética, e o não-reconhecimento da patente de importação, o que faria da produção local condição necessária à obtenção da patente. Quanto à possibilidade de aumento dos investimentos estrangeiros esperada pelo Governo em função da aprovação do Código, esses seriam mais influenciados pelas perspectivas do mercado. A própria história da indústria farmacêutica brasileira coloca dúvidas sobre a efetividade da política de vinculação de investimentos com a obtenção de patentes, tendo em vista que, até 1970, a propriedade intelectual era reconhecida para processos de produção e que, no entanto, as multinacionais não instalaram centros de pesquisa no País.

Desempenho da indústria gaúcha

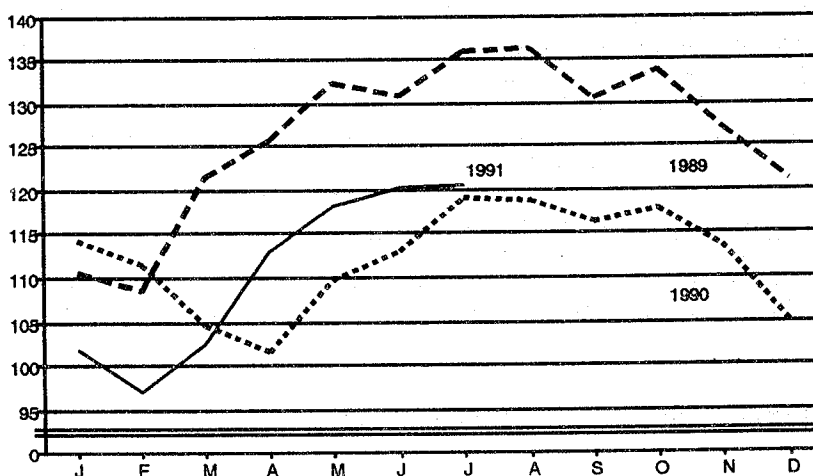
A indústria gaúcha apresentou desempenho estável no período de janeiro a julho, com relação ao mesmo período de 1990. A variação do Índice de Desempenho Industrial (IDI), elaborado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS), acumulado no ano de 1991 até julho foi de -0,01%. Essa taxa, que vem se recuperando a partir de março, chegou a atingir uma queda de 11,95% em fevereiro. O acumulado dos últimos 12 meses está em -5,41%, comparado ao do período ago./89-jul./90.

Tal como se observou no desempenho da indústria brasileira, também a atividade industrial gaúcha se recuperou a partir de março, crescendo, em abril e maio, mais rapidamente, porém tendendo à estabilidade em junho e julho.

No Gráfico 2, nota-se que a atividade industrial supera, a partir de abril, a "performance" do ano passado, mas não alcança aquela verificada em 1989, em nenhum mês. Em junho, o índice foi superior ao de maio em 1,71% e, em julho, cresceu apenas 0,39%. Essa desaceleração do crescimento está representada no Gráfico 2 com uma diminuição da inclinação da linha que representa o ano de 1991 a partir de maio. Ela decorre dos mesmos fatores que determinaram movimento semelhante para a indústria paulista, como a reversão da expectativa de uma maior demanda causada pela liberação dos cruzados e a aceleração da inflação. Esse quadro levou o desempenho das vendas industriais, em julho, a cair 1,95% com relação ao de junho. Durante o mês de agosto, o emprego industrial caiu 0,83% com relação ao de julho, numa resposta do nível de emprego à elevação das taxas de juros, o que projeta um desempenho, no máximo, estável para a atividade nesse mês.

GRÁFICO 2

ÍNDICE DE DESEMPENHO INDUSTRIAL NO RIO GRANDE DO SUL — 1989/91



FONTE: FIERGS.

NOTA: Os dados têm como base a média do ano de 1988=100.

A indústria de máquinas agrícolas continua com má "performance". Durante o mês de agosto, o número de unidades produzidas em nível nacional caiu 56,68% em relação ao do mesmo mês do ano passado. Nos primeiros oito meses do ano, a queda acumulada da produção de tratores, cultivadores e colheitadeiras esteve em 35,14%. A maior parte da produção dessa indústria localiza-se no RS, onde algumas fábricas apresentam ociosidade de até 70%. Já a indústria de calçados apresentou vendas 20% superiores no primeiro semestre de 1991, em comparação com as de 1990, mas elas também se retraíram a partir da elevação dos juros. Com a desvalorização do cruzeiro, aliada à recuperação da economia norte-americana, abre-se uma boa perspectiva para a elevação das exportações do setor, compensando o desaquecimento do mercado interno.

Tendo em vista o aumento persistente dos juros, uma perspectiva otimista para a atividade industrial é a de que ela se mantenha estável até o final do ano. A queda nas vendas do comércio varejista tem diminuído a demanda principalmente por bens duráveis, o que tem levado os fabricantes desses bens a concederem férias coletivas a seus empregados, na tentativa de escoar os estoques já produzidos em um momento em que normalmente se formam estoques para as vendas de final de ano. Com possibilidade de um aumento da produção, aparecem os produtos de exportação brasileiros, que ganharam competitividade com a desvalorização do cruzeiro ocorrida no final de setembro e que, assim, podem compensar a queda na demanda interna.

Bibliografia

DIÁRIO DO COMÉRCIO & INDÚSTRIA (28.6.91). São Paulo. p.9.

GAZETA MERCANTIL (14/16.9.91). São Paulo. p.51.

SUMA ECONÔMICA (1991). São Paulo, ago.